



DA TRIBO À MONARQUIA, DOS JUÍZES AO REI: A TRANSIÇÃO E A INSTITUIÇÃO DO MONARCA EM ISRAEL

William Robson Cazavechia¹

RESUMO: O presente texto, resultado da pesquisa realizada com vistas a atingir o objetivo de elucidar a transição ocorrida na organização social, política e religiosa em Israel, perfaz o caminho proposto pela historiografia conforme autores que se debruçaram sobre o tema. Israel tem sua história como norteadora de sua própria identidade e, portanto, o desenvolvimento tem por finalidade reconhecer com maior acuidade os detalhes sob os quais poderíamos estabelecer critérios dessa trajetória demarcando a transição de um período ao outro. Tal transição repercute diretamente na formulação dos textos bíblicos e do imaginário religioso e por isso sua importância para a compreensão destes produtos emergentes do contexto. Sendo assim, podemos afirmar que a complexidade que envolve toda a formação da sociedade do Israel tribal e seu posterior desenvolvimento faz dos textos que testemunham esses períodos grandes fontes de reflexões teológicas e ricas fontes historiográficas. Foi a partir dessa preocupação que foram escritos. O objetivo era o de testemunhar o agir de Iahweh na história de seu povo. Fé em Iahweh que foi, em ambos os períodos abordados aqui, fator ideológico de unificação. Esse processo de unificação não se deu por completo até o reinado de Saul. Foi somente com Davi, que o Estado adquiriu estrutura suficiente para centralizar o culto em Iahweh, portanto, se estabelecer como monarquia.

PALAVRAS-CHAVE: Período do Juízes; Transição; Instituição da Monarquia

1 INTRODUÇÃO

A história de Israel constitui-se numa das mais surpreendentes histórias de toda humanidade. Por um lado, a produção de textos que se deram no seu decorrer, e por outro, a própria vivência de um povo se desenvolvendo em todos os seus aspectos, são demonstrações de relíquias da humanidade. Dois aspectos que poderíamos, entretanto, identificar em apenas um. Talvez o mais importante por ser ele o responsável pela riqueza em detalhes e esforço pela preservação, ou seja, a importância da história para esse povo.

Toda a religiosidade de Israel foi orientada pela história. Os acontecimentos e vicissitudes sofridas pelo povo eram tidos e guardados como recordações da ação de Deus. O Deus de Israel é o Deus que age na história de seu povo. É a partir dessa perspectiva que sua história é contada nos textos do Antigo Testamento. Toda a história ali contada é a história de Israel em relação direta com seu Deus.

O elo entre religião e política é um elo muito denso. Os acontecimentos, sejam eles classificados hoje como eventos culturais, sociais, políticos ou religiosos, eram tidos sempre em relação com Deus. As divisões existentes hoje entre política e religião, por exemplo, não existiam. A realidade, seja social ou econômica, estavam completamente mescladas à religião. O mundo era abordado religiosamente e Deus não estava separado do mundo, assim como nenhum tipo de ação era tomada separadamente. Mesmo a escolha de um rei envolvia a vontade de Deus.

Colocamos em questão, portanto, como Israel passa por uma mudança em sua organização política e social. Israel sai de um período onde o governo é exercido por juízes instituídos para a monarquia mediante a escolha de um Rei pelo próprio povo. Assim, pretendemos avaliar as principais mudanças sofridas com a instituição da monarquia. Por meio de uma revisão bibliográfica temos o objetivo de analisar a condição social de Israel no período da instituição do reinado de Saul e seu sucessor Davi. Analisar esse momento é na verdade a tentativa de compreender como se deu a mudança e o que significou a mesma para a sociedade israelita, os problemas políticos, sociais e religiosos, sendo todos esses vistos sobre o mesmo prisma da lei e da confiança em Deus. Portanto, nosso objetivo é oferecer uma avaliação sociológica do período em questão quando Israel passa da organização tribal para a monarquia.

2 JUSTIFICATIVA

Os textos bíblicos apresentam constantes alusões aos reis e às transições ocorridas na história de Israel. Esse fato ganha ainda mais importância quando procuramos do ponto de vista da história, e portanto, das ciências da religião, com os fenômenos decorrentes, sobretudo, quanto a compreensão teológica. Por isso compreender as circunstâncias em que os autores e o povo se encontravam é de grande importância para entendermos o motivo de suas narrativas serem enfáticas nestes temas. A descrição da situação vital deles, ou seja, de sua história,

¹ Acadêmico do Programa de Mestrado em Educação do PPE – UEM/PR na linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação e membro do Grupo de Pesquisa Sobre Política, Religião e Educação na Modernidade – UEM. cazavechia.william@hotmail.com.br



oferece condições para compreensão das variáveis semânticas recorrentes nos textos como também vislumbrar os preceitos que as fundamentam e que se perderam nas entranhas do tecido social e ideológico. A investigação do período tribal em relação com os demais períodos se torna importante porque foi nele em que assistimos à umas das transições mais importante da história desse povo.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa será desenvolvida a partir de um estudo bibliográfico, por meio do qual se pretende elaborar o trabalho, que por sua vez, se constituirá a partir de algumas fases: leitura de textos teóricos relacionados aos períodos tribal e monárquico da história israelita, que apontam como essa transição de um modo de organização social perpassou ao outro. Além disso, leituras relacionadas com textos Bíblicos que apontem e evidenciem tais circunstâncias, como é o caso dos livros históricos e de alguns profetas dessa mesma época.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A formação que caracterizava a organização da sociedade israelita ainda sem nacionalidade é o que Gottwald (1988, p. 273) chama de “retribalização”. Ele se opõe a noção de anficionia desenvolvida por Noth que foi predominante por muito tempo. Anficionia era o modelo de organização, e, portanto, uma estrutura institucional ideológica encontrada na Grécia e na Itália antigas. Consistia na união de cidades-estados independentes mantida por um culto comum.

Gottwald (1989, p. 391), por sua vez, enfatiza principalmente que “foi a confederação israelita em estado substituto conscientemente planejado para os seus povos, na verdade um verdadeiro “antiestado”, enquanto que a anficionia eram cidades-estado autônomas visando objetivos comuns. Em outras palavras, Israel representava uma sociedade uma forma de sociedade não centralizada politicamente em clara oposição as sociedades politicamente centralizadas encontradas no Oriente Próximo. Gottwald (1988, p. 273) diz o seguinte:

é necessário explicar a organização tribal israelita (...) pelo ressurgimento organizado da independência rural e de aldeias suprimida contra os poderes de alistamento e de taxaço do sistema estatal tributário exercido pelo império egípcio, as cidades-estado cananéias, o madianitas que tentaram um império comercial na Transjordânia, os estados nacionais nascentes Amon, Moab e Edom, como também a oligarquia militar filistéia.

A oposição de Gottwald (1989) ao modelo anficioniano está no fato de que ele não aceita a organização das tribos como se elas fossem cidades-estados independentes. Consideramos, portanto, a proposta de Gottwald da confederação tribal que consiste em tribos politicamente independentes. Feitas essas considerações, apontamos que nesse trabalho manteremos o uso da palavra anficionia. Sobretudo, ela refere-se ao grupo de tribos que tinham no culto à Yahweh sua centralidade.

O que unia a anficionia² era o culto comum a uma divindade. Tinha como base uma aliança que comprometia os anciãos. Segundo Waux (2005, p. 252), de acordo com a tradição as tribos foram unidas por um pacto selado em Siquém (Js 24). Os líderes nesse período são chamados de juizes. “Portam esse título tanto os líderes carismáticos das guerras de lahweh quanto os oficiais dos quais são preservados apenas os nomes e a informação de que “julgam Israel” (GUNNEWEG, 2005, p. 91). Esses últimos receberam o título de juizes menores enquanto os líderes carismáticos eram conhecidos como juizes maiores³.

Esse Israel pré-estatal diferenciava-se do Israel posterior por seu culto. Gunneweg (2005, p. 92), afirma que o Israel mais antigo não tinha apenas lahweh por Deus, mas cita ainda o nome *EI*:

EI ou Yahweh – o que separa estes dois deuses é muito mais do que uma mera diferença de nome. Trata-se de uma diferença parecida com aquela entre o idílico pacífico do livro de Gênesis com suas narrativas dos patriarcas e o livro de Josué com suas lutas, conquistas e proscricões. EI é sublime, mas também distante. Nos mitos de Ugarit, ele recebe o predicado de rei, criador da criação, pai da humanidade e o benevolente demais, do qual já se ousa rir ironicamente. O EI de Ugarit não é simplesmente igual ao EI de Israel, mas tampouco pode ser separado deste. Em termos de história da religião, EI é um Deus antigo, e por isso, pouco ativo. Também como o

² Anficionia é tomada aqui como analogia aproximativa.

³ “O líder da tribo era seu representante na confederação tribal israelita. No vértice da federação estava provavelmente o “juiz”, o único a pronunciar as decisões legais. Mais tarde, esta função estatal passou a ser exercida pelo rei e seus auxiliares, comandantes militares, juizes, conselheiros e sacerdotes” (WOLFF, 2003, p. 120).



Deus dos pais, com quem podia ser equiparado, ele é o correlato pacífico de esperanças humanas pacíficas (GUNNEWEG, 2005, p. 94).

El não foi substituído de modo abrupto por lahweh. O processo de “javeização” foi lento e a identificação de lahweh como um único Deus não foi imediata. Em um primeiro momento as guerras e conflitos não eram tidos como conflitos da anfictionia. Mas, das tribos individualmente. O que o livro de Juízes deixa claro quando não tem preocupações cronológicas para suas narrativas, mas a ordem do livro é uma sequência de narrativas dos conflitos das tribos do sul para o norte. Não é distribuída as narrativas de modo cronológico, mas geográfico (GUNNEWEG, 2005, p. 96).

Seguiremos aqui, sobretudo, com considerações feitas por Gottwald em seu livro *As Tribos de Yahweh* (1989). Nele o autor nos oferece todo o quadro da formação e organização das tribos israelitas. Ele propõe que o “monojavismo⁴ foi função de igualitarismo sociopolítico no Israel pré-monárquico” (p. 615). Temos nas palavras do autor o que isso significa:

o igualitarismo sociopolítico indica uma associação autônoma de lavradores e pastores economicamente auto-suficientes constituindo uma única classe de pessoas com título comum de propriedade dos meios de produção investidos em famílias amplas. (...) Esse sistema dependia muito do acordo consensual e de compromisso com interesses comuns. (...) É lahweh a única divindade protetora zelosa agindo contra a divisibilidade e a obstinação nas fileiras dos seus adoradores. Em Israel como um exército popular, lahweh é o comandante-chefe, “um guerreiro” que estimula os medrosos e solidifica os esforços militares comuns (GOTTWALD, 1989, p. 617-619).

Nesse sentido a expressão “as tribos de Israel”, pode ser a que mais se aproxima de um termo organizacional para a sociedade israelita como um todo. O termo hebraico é shivte e reflete exatamente “a imprecisão organizacional da unidade não estatista mais vasta de Israel como uma associação de tribos” (GOTTWALD, 1989, p. 254).

O certo é que o projeto igualitário era uma aventura perigosa de “retribalização”. Eram relações igualitárias no sentido de que ofereciam a todos os israelitas acesso aproximadamente igual aos recursos do meio. Mesmo que cada tenha definido seu território como aponta Waux (2005, p. 27). O autor chama atenção para o fato de que os pastos são comuns. Em suas palavras:

Cada tribo tem um território que lhe é reconhecido como próprio e dentro do qual as terras cultivadas estão geralmente sob o regime de propriedade privada, mas os campos são comuns. Os limites são, às vezes, flutuantes e se dá o caso de que grupos que pertencem a tribos diferentes, se compenetrem nas regiões favorecidas, quando tais tribos vivem em harmonia. Mas a tribo a que pertence o território pode impor condições e exigir direitos de pastagem (WAUX, 2005, p. 27).

A organização da confederação das tribos tinha seu menor grupo em famílias extensivas, que estavam diretamente ligadas às associações protetoras (clãs), que por sua vez compunham as tribos. O êxito se dava pelos desenvolvimentos explorados por camponeses. Eram tecnologias como:

introdução de ferramentas de metal para a lavoura, cisternas impermeáveis e sistemas de irrigação em pequena escala, e reconstrução de terraços de rochas sobre as ladeiras íngremes e nos leitos dos uádis. No intuito de estabelecerem-se em segurança, os israelitas renegados necessitavam reunir suficiente população, suficientemente alimentada e alojada e bastante hábil nos novos métodos de agricultura de planaltos, para poderem estender auxílio mútuo uns aos outros, para encorajar recém chegados, e enfim para defender-se coletivamente contra os esforços das cidades-estado (GOTTWALD, 1988, p. 273).

Contudo, na medida em que o nome Yahweh ia ganhando espaço entre as tribos, essa fé ia conduzindo as tribos num processo de politização. Com o nome de Yahweh relacionado sempre a libertação das tribos por meio da tomada de distintos líderes carismáticos, foi por meio dessa crença que a anfictionia se organizou unitariamente. Somente no final desse processo encontramos a formação do Estado de Israel. “A unidade “Israel como povo de Yahweh” fica no fim e não no início desse processo de crescimento, como unificação e entrelaçamento de diversos motivos e fatores heterogêneos” (GUNNEWEG, 2005, p.96).

⁴ Entende-se por monojavismo a adoração à um único Deus, lahweh.



Em suas origens o nome Israel dizia respeito a uma sociedade retribalizadora, preocupada com temas fundamentais de sobrevivência. “A ligação da aliança no plano religioso era, no mesmo instante, um conjunto de ligações da aliança nos planos socioeconômico, político e cultural” (GOTTWALD, 1988, p. 276). Tal fato aponta para uma unificação ainda mais forte do que a anfictionia, principalmente se os conflitos narrados em juízes forem levados em consideração como algo que fortalecia e enfraquecia Israel. Nesse momento, começa as cogitações sobre a formação da monarquia.

O principal acontecimento para a transição da organização tribal para a monarquia apontado por Brighth (2003, p.230) foi a ameaça do povo Filisteu. Eles chegaram juntos com Israel na região da Palestina e os conflitos foram constantes e cada vez mais intensos. A liga das tribos cedeu à agressão dos filisteus.

A crise desencadeada devido a essa agressão se deu por volta de meados do século onze a.C. e as fontes referentes a ele são ricas em detalhes e descrições. Os livros de I e II Samuel e os capítulos 1-11 de I Reis testemunham toda a transição dos juízes para a formação da monarquia israelita e seu estabelecimento. Embora essa transição não tenha se dado de maneira simples, foi ela a responsável por tornar Israel uma das maiores forças nacionais da época.

A ascensão da realeza em Israel se deu pela ameaça militar, e gostaríamos de ressaltar, ‘centralizada’ dos filisteus que obtiveram domínio sobre a planície costeira meridional depois de 1150 a.C. e por volta de 1050 quando colocavam sérias ameaças as regiões montanhosas de Israel. Gottwald (1988, p. 304) afirma que essa força militar altamente “unificada punha em movimento uma contrabalançadora defesa militar unificada da parte de Israel”.

Os porquês dos filisteus serem tão bem-sucedidos eram uma liderança oligárquica, suas armas de ferro e força de choque móvel que faziam deles lutadores eficazes na região das colinas (GOTTWALD, 1988, p. 304).

Não eram numerosos, mas eram possuidores de uma longa tradição militar e viram em Israel uma ameaça. Não eram como as ameaças que Israel se deparou anteriormente e colocavam em perigo, além das tribos adjacentes, a totalidade de Israel.

Esse era tido como uma ameaça, sobretudo, às rotas de comércio entre a costa e o interior. A medida tomada pelos filisteus foi a de conquistar todo o oeste da Palestina. Com seus soldados disciplinados, armas de ferro (monopolizavam a manipulação do ferro), quando possível se utilizando de carros de combate e a habilidade de ação conjunta dos tiranos de suas cidades, os israelitas, um tanto desorganizados e sem habilidades bélicas não teriam muitas chances de sobrevivência (BRIGTH, 2003, p. 230).

O certo é que o Estado de Saul surgiu como resposta à opressão dos filisteus sobre Israel. O pedido pelo rei de acordo com a tradição bíblica foi motivada pela vontade de ser como as outras nações. Israel quer se amoldar aos reinos que o cerca. Waux (2005, p. 120), afirma que se amolda, com a monarquia a imitação das outras nações desempenhou papel importante. Mas, que com Saul “mantém-se embrionária a instituição monárquica, nascida da confederação das tribos. Fora de sua função militar, não se sabe que outra autoridade exercia Saul. Excetuando o líder de seu exército” (WAUX, 2005, p. 121).

A partir do desenvolvimento híbrido da organização israelita e de sua longa pré-história, o Estado nasceu subitamente em meio as dificuldades do período. Foi, de acordo com Gunneweg (2005, p. 109), “uma espécie de improvisação”. Entretanto, não podemos reconstruir com tanta precisão esse processo tão importante para a história de Israel dado aos meterias heterogêneos que as fontes. Nos deteremos aqui em elucidações sobre o reinado de Saul, que na verdade se configura como uma transição da formação inicial da confederação das tribos em direção a organização da monarquia em sua plenitude sob Davi.

Uma vez observadas as características dos períodos em questão podemos agora visualizar as mudanças sociais, políticas e religiosas causadas nesse período de transição tribo-monarquia. Serão consideradas principalmente em mudanças que consideramos significativas e é claro de características gerais que dizem respeito, de alguma forma a todo Israel. Os detalhes dessas transformações não são tão facilmente acessadas e dado as limitações de nosso próprio objetivo, procuramos apontar as significativas mudanças na organização social, na religião e, conseqüentemente, mudanças na sociedade em conjunto.

Constatamos que na época pré-estatal de Israel e no começo da estatização sua unidade no aspecto sociológico se dava de forma rudimentar e enfrentou muitas crises e que a unificação sob um único Deus foi um processo demorado. O que lemos no Antigo Testamento referente a esse período demonstra uma unidade e uniformidade ideais. Ou seja, os textos escritos sobre essa época apontam para uma imagem dela. Na verdade, essas são duas realidades: a realidade visível e a realidade da imagem da realidade (GUNNEWEG, 2005, p. 147). Em outros termos a realidade histórica e a realidade que os textos contam sobre a história.

Como parte da obra deuteronomística é importante lembrar que a mesma teria sido composta pouco depois do último acontecimento narrado. Ou seja, por volta da metade do século VI a.C. Configura-se como um balanço depois da destruição e exílio de Jerusalém pelos babilônios (LOHFINK, 2004, p.263)⁵. Certamente que tal acontecimento fomenta a perspectiva do compilador(es) / redator (es). O deuteronomista vê a história à luz do exílio. “Israel está na salvação (...) enquanto permanece fiel à Aliança. (...) Era preciso ressaltar sempre que

⁵ Sobre as considerações sobre as realidades históricas narradas confira as considerações feitas por Brighth (2003, p.164-168) sobre a arqueologia e historicidade do período. Principalmente no que diz respeito aos períodos aos quais se referem às obras de Josué e Juízes, foco deste trabalho.



lahweh (...) não omitiu nada que pudesse desviar Israel do abismo. Se Israel nele se precipitou, foi por culpa própria” (LOHFINK, 2004, p.269-270). O objetivo de toda a obra não é tanto a história, mas a explicação da história do povo sob a óptica do documento da Aliança, do Deuteronômio. Nas palavras de Lohfink:

A concepção teológica de fundo do livro [deuteronômio] é expressa pela fórmula da Aliança. lahweh cumpriu a promessa feita aos pais por amor, escolhendo Israel, sem méritos seus, como propriedade particular, tirando do Egito, dando-lhe a aliança e introduzindo-o na terra de Canaã. Como Deus e Senhor de Israel, ele exige obediência às premissas da Aliança, que tem sua expressão nas leis (LOHFINK, 2004, p.237).

Certamente, foi o Estado de Saul o resultado da adaptação de Israel a Yahweh (GUNNEWEG, 2005, p. 149). Uma unificação proposta nos textos, mas que historicamente foi afirmada em uma atitude vivencial profunda mediante processos longos de perdas e ganhos (principalmente nas guerras). De acordo com Gunneweg (2005, p. 148):

Javé, o zeloso, não tolera outros deuses a seu lado, excluindo, portanto, qualquer outra ajuda extra e sobre-humana em que a existência humana puder se apoiar. (...) ao mesmo tempo também o El que conduz benignamente, que é paternal e promete vida. Quanto mais, pois, se consolidava com o passar do tempo a fé de Javé e nenhum outro era o El de Israel, tal como foi propagado a partir de Efraim e Siquém, tanto mais se tornava imperioso que, em virtude dessa lógica interior, toda a guerra de Javé e até mesmo todo o agir de Javé como tal se tornassem causa de Israel.

Mesmo que Israel tinha seus ideais de tribos livres e igualitárias com a monarquia o que acabou acontecendo foi a estatização. Organizado o Estado em torno da fé em Yahweh seria o rei seu representante. Samuel chama a atenção do povo para tal fato, mas os perigos enfrentados pelo povo frente às forças bélicas dos Filisteus e a ideologia da unificação da religiosidade em um único Yahweh, proporcionaram os primeiros alicerces para a formação do Estado de Israel.

A formação do exército é o fator mais significativo. Saul organizou, sob seu comando e o de Jônatas, um exército permanente (I Sm 14.52) e esse exército recebeu um líder fixo com o título de general. Na verdade, a própria corte de Saul pode ser comparada a um quartel-general e a primeira tarefa de Saul enquanto rei era o combate contra os filisteus (GUNNEWEG, 2005, p. 115). Foram reconstruídas cidades e ganhou guerras, mas Israel deixou para trás seu ideal de povo revolucionário e livre das forças das cidades-estado (GOTTWALD, 1988, p. 306).

4 CONCLUSÃO

Todo o desenvolvimento sofrido pela sociedade israelita foi um processo lento e complexo. Tal complexidade que envolve toda a formação da sociedade do Israel tribal e seu posterior desenvolvimento faz dos textos que testemunham esses períodos grandes fontes para história e religião. Foi a partir dessa preocupação que foram escritos. O objetivo era o de testemunhar o agir de lahweh na história de seu povo. lahweh que foi, em ambos os períodos abordados aqui, fator ideológico de unificação.

Esse processo de unificação não se deu por completo até o reinado de Saul. Foi somente com Davi, que o Estado adquiriu estrutura suficiente para centralizar o culto em lahweh. O reinado de Saul, portanto, centra-se mais problemas imediatos causados pela opressão filistéia.

Todo o trabalho aqui desenvolvido teve por objetivo apenas a descrição de como se encontrava Israel nesse momento histórico de transição de organizações sociais tão diferentes. Não tivemos a pretensão de uma abordagem exaustiva, pois, sabemos o quanto ainda seria importante considerar sobre o período. A pesquisa bíblica atual ainda está se desenvolvendo e os resultados, em geral, podem mudar.

Entretanto, os resultados da pesquisa até aqui desenvolvida demonstra o desenvolvimento complexo da sociedade israelita e a partir dela pudemos chegar a algumas considerações que gostaríamos de pontuar:

1. A história bíblica é a história da fé do povo de Israel e suas preocupação é mais teológica do que historiográfica;
2. A sociedade israelita em suas origens era extremamente diversificada tanto nos aspectos sociais, políticos, quanto no religioso. Mas, por outro lado, procurava o estabelecimento de uma organização igualitária em oposição com a organização dos pequenos estados em Canaã;
3. As tribos eram politicamente independentes mesmo enquanto parte da confederação tribal. As “tribos de lahweh”, nesse sentido, é a expressão que respeita esse fato, uma vez que a união cada vez mais progressiva das tribos se dava em torno da fé comum em lahweh.



4. O surgimento do reinado se deu de forma abrupta e procurava responder a questões militares. Saul, ou o Israel sob Saul, ainda não vivenciou a experiência de um Estado organizado. Esse processo se deu apenas sob Davi. Entretanto, as principais e mais drásticas mudanças dizem respeito a formação do exército profissional, uma liderança carismática conhecida pela maioria das tribos (nesse caso Saul), Iahweh é tido como responsável por todos esses acontecimentos e Samuel, como último dos juizes é quem intermêdia o processo.
5. Para a teologia o período é muito importante, pois marca não só a transição de organização social e política para outra, mas porque também evidencia o amadurecimento da fé em Iahweh. Um processo lento e que precisou superar grandes dificuldades. Em outras palavras, a fé no Israel antigo vai muito mais além de uma reflexão abstrata, mas em si tem envolvimento prático e de preocupação com a sociedade.

Os israelitas se encontravam em meio a estranhos povos após sua libertação do Egito, juntaram-se a eles vários outros grupos de pobres e, depois disso, conseguiram seu lugar na terra de Canaã. Eram um grupo de pessoas debilitadas pelos desmazelos dos impérios, mas que se posicionaram como resistência àquele tipo de organização da sociedade. Por muito tempo viveram assim e procuraram estabelecer uma sociedade saudável para todos. Procuravam uma sociedade que todos tivessem acesso aos recursos do meio de forma igualitária. Ou seja, temos um grupo de recém libertados que se preocupam em não repetir o que fez com que suas gerações anteriores sofreram. Embora com o passar do tempo tiveram que ceder à uma organização estatizada, deixaram para sua própria história as marcas de sua fé e as implicações sociais da mesma, o contrário também pode ser afirmado como verdadeiro. Talvez, até mais realista.

REFERÊNCIAS

BRIGTH, John. *História de Israel*. SP: Paulus, 2003.

GOTTWALD, N. *Introdução Socioliterária à Bíblia Hebraica*. São Paulo: Paulus, 1988.

GUNNEWEG, Antonius H. J. *Teologia Bíblica do Antigo Testamento: uma história da religião de Israel na perspectiva bíblico-teológica*. SP: Teológica/Loyola, 2005.

GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel: dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias*. SP: Teológica/Loyola, 2005.

LOHFINK, Norbert. A Mensagem da Aliança: O Deuteronomio. In: SHREINER, J. *Palavra e Mensagem do Antigo Testamento*. SP: Teológica / Paulus, 2004. Capítulo XI, p. 221-238.

LOHFINK, Norbert. Balanço Após a Catástrofe. A Obra Historiográfica Deuteronomística. In: SHREINER, J. *Palavra e Mensagem do Antigo Testamento*. SP: Teológica / Paulus, 2004. Capítulo XIII, p. 259-274.

MAZAR, Amihai. *Arqueologia na Terra da Bíblia: 10 000 – 586 a.C.* SP: Paulinas, 2003.

MCKENZIE, John L. *Dicionário Bíblico*. SP: Paulus, 1983.

SCHMIDT, Werner H. *Introdução ao Antigo Testamento*. 2, São Leopoldo, RJ: Sinodal, 1994.

SICRE, J. Luis. *Introdução ao Antigo Testamento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

VAUX, R. De. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*. São Paulo: Teológica, 2003.

WOLFF, Hans Walter. *Bíblia Antigo Testamento: introdução aos escritos e aos métodos de estudo*. SP: Teológica/Paulus, 2003.